

A DIALECTOLOGIA

Nelson Rossi

Tôda ciência, todo método científico, aspira ao universal, isto é, procura enunciados válidos para qualquer situação, circunstância, momento ou área. A Dialectologia não foge a essa ambição. Mas fazendo da distribuição espacial dos fatos lingüísticos num momento dado (sincrônica, portanto) seu objetivo primeiro e matéria prima da interpretação histórica (logo, diacrônica) das áreas assim delimitadas, muito dificilmente escapa à fatalidade das imposições do **regional**, quando não das peculiaridades do estritamente **local**.

Não se infira, daí, que seja forçoso renunciar à pretensão de uma **Dialectologia Geral**, ou que a Dialectologia seja obrigatoriamente uma beneficiária da Lingüística que a esta nada tenha a dar em troca. Muito ao contrário, todos reconhecem sem contestação que o método geográfico-lingüístico tem contribuído imenso para o progresso da ciência da linguagem, quer nos seus aspectos históricos, sócio-culturais, quer nos seus aspectos estruturais. Demonstrá-lo aqui seria desfiar um rosário quase interminável de citações, que pretendo evitar, entre outras razões, porque o verdadeiro dialectólogo deve caracterizar-se por uma certa cautela contra as verdades estabelecidas, deve alimentar acesa uma chama de desconfiança mesmo sobre o óbvio. Basta lembrar a Lingüística Espacial, de BARTOLI, e a Onomasiologia, hoje um dos campos da Lingüística de maior prestígio internacional, que à Dialectologia devem, menos do que sua origem — tão velha quanto a cultura humana — seu impulso e sistematização metodológica. (1)

- (1) Visão crítica de lucidez e equilíbrio impecáveis a respeito encontra-se em EUGENIO COSERIU, *La Geografía Lingüística*, Montevideo, 1956. Transcrevo as palavras com que abre a secção final, conclusiva, do opúsculo (pág. 42): "El método geográfico — con todos sus alcances prácticos, históricos y teóricos que se han tratado de esbozar en lo que precede — constituye, indudablemente, una de las grandes conquistas de la ciencia del lenguaje de nuestro siglo".

O que se quer dizer é que assim condicionada em sua prática e execução pelas peculiaridades de toda ordem da área — geográfica ou histórica (2) — que se proponha estudar, a Dialectologia, mais do que qualquer outra especialidade linguística, tende a fixar-se num reduzido elenco de princípios gerais, teóricos, abstratos, em benefício de uma extrema flexibilidade de métodos, de uma enorme variedade de processos para solução dos problemas concretos que se lhe ofereçam. Daí as inevitáveis delimitações sucessivas do campo de cogitação-especulação: Dialectologia Românica, Dialectologia Ibérica, Dialectologia Espanhola, Dialectologia Portuguesa e, por via, digamos, de sucessão, Dialectologia Hispanoamericana, Dialectologia Brasileira, partindo do âmbito maior para o menor dentro do contexto com que mais estamos ou devemos estar idealmente comprometidos.

É assim, dir-se-á, para qualquer campo dos estudos linguísticos. Concorro. Sustento, porém, que é muito mais assim para a Dialectologia que para qualquer outro e ofereço como prova a frequência com que dialectólogos, principalmente autores e inquiridores de atlas linguísticos, são solicitados ou sentem-se obrigados a publicar depoimentos sobre suas experiências pessoais de trabalho, sobretudo de trabalho de campo, sem o qual (eis um dos raros postulados de validade hoje praticamente universal...) não se concebe modernamente a investigação dialetal.

Da conjugação dessa realidade com a tendência que se acentuou no após-guerra de procurar combater a dispersão de esforços e de recursos pela integração dos investigadores em organismos supra-nacionais e pelo estímulo à troca de informação científica parece ter surgido o que continua até hoje a maior soma de informações históricas, metodológicas e bibliográficas sobre Dialectologia: SEVER POP, *La Dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*, 2 ts., Lovaina [1950]. Ao mesmo SEVER POP e ao mesmo objetivo devem-se ainda a criação da revista *Orbis*, (3) que se edita

(2) Para este efeito, entenda-se, com E. COSERIU, por "área histórica", um sistema linguístico *historicamente definido*, independente da distribuição no espaço dos sujeitos falantes que o utilizam, realizando-o concretamente. (Cf., principalmente, *Sincronia, Diacronia e História. El problema del cambio lingüístico*, Montevideu 1958).

(3) *Bulletin International de Documentation Linguistique* do Centre International de Dialectologie Générale, Lovaina.

desde 1952 e o I Congresso Internacional de Dialectologia Geral, reunido em Lovaina e Bruxelas em 1960, cujos anais se publicaram nos anos de 1964-1965. Balanços posteriores ao de POP, mais sumários ambos embora igualmente respeitáveis e recomendáveis dentro dos objetivos limitados que se impuseram, julgamos EUGENIO COSERIU, **La Geografía Lingüística**, citado na nota 1, e MANUEL ALVAR, **Los nuevos atlas lingüísticos de la Romania**, Granada, 1960.

Sobre os dois últimos, cabe uma observação. O primeiro, foi escrito em 1954 para a **Revista Uruguaya de Geografía**, onde — diz o autor sem qualquer outro esclarecimento — “no pudo publicarse”, e se desenvolve num tom predominantemente definidor, esclarecedor do que seja aquela geografia, como se fôsse uma resposta a indagações de geógrafos, deixando suspeitar que não logrou abrigo numa revista geográfica por serem — o trabalho e a geografia — tão mais lingüísticos que geográficos... O segundo, foi encomendado para o Colóquio Internacional de Civilizações, Literaturas e Línguas Românicas, reunido em Bucarest de 14 a 27 de setembro de 1959 (a versão espanhola “aparece con ligeras adiciones y enriquecida con la totalidad [19] de las láminas”). Endereçado a um público de romanistas — **lato sensu**, a julgar pelo título do congresso —, caracteriza-se por um tom menos geral, menos explicativo, mais direto e específico. Além disso, traz a marca inconfundível do “saber de experiências feito” de um excelente dialectólogo de campo e — mais que tudo — autor de um atlas lingüístico, o da Andaluzia, àquela altura em fase de conclusão. As diversidades circunstanciais de origens e de objetivos, bem como as de formação científica dos autores, ambos de indiscutível, sólida e independente personalidade individual, faz que os dois trabalhos se completem, constituindo uma súpula crítico-metodológica do fundamental em Dialectologia, inclusive pela orientação bibliográfica até as datas respectivas, eminentemente seletiva, súpula à qual dificilmente poderíamos nós acrescentar algo.

Tentativa similar, aplicada ao espanhol da América é a de JOSÉ PEDRO RONA, **Aspectos Metodológicos de la Dialectología Hispano-americana**, Montevideu, 1958 (mimeografado), que insiste com particular ênfase, a nosso ver com toda razão, nos problemas específicos da Dialectologia em nosso continente, cujas peculiaridades impõem uma atitude em grande parte diversa da que tradicionalmente informa a da Dialectologia na România européia. Se bem que o autor se atenha às áreas

americanas de língua espanhola e dê maior importância do que, salvo êrro, caberia no Brasil, aos contatos interativos de populações indígenas ainda hoje bilíngües, boa parte do que diz interessa ao Brasil. Por exemplo, a observação de que não devemos levar nossa fidelidade às origens da Dialectologia Românica ao exagêro de só nos ocuparmos das falas populares, das camadas incultas, mas, ao contrário, atentar para os diferentes “níveis dialetais”, abrindo um lugar para as variedades regionais também das camadas cultas, isto é, dando destaque não apenas às isologlossas “horizontais”, mas também às isoglossas “verticais” (4). Bem entendido, onde RONA fala de “Estados independientes”, normas e administrações nacionais, só guardadas as devidas proporções o que observa é aplicável a nosso país.

É óbvio que a Dialectologia não se resume aos atlas lingüísticos. Dadas, porém, as

“vantagens de claridade e evidência imediata dos fenômenos e garantia de unidade técnica, de homogeneidade do material, e de densidade dos pontos estudados, que não podem reunir as simples investigações pontuais” (5),

tornaram-se êles, desde a empresa épica de GILLIÉRON, a aspiração máxima dos dialectólogos e um instrumento de trabalho indispensável, que tem resistido às análises críticas mais rigorosas. A ponto de serem considerados uma questão de honra nacional (6), uma “panacéia para todos os problemas

(4) Seguindo a LEIV FLYDAL, *Remarques sur certains rapports entre le style et l'état de langue*, propõe a adoção dos termos *diastáticas*, para essas isologlossas, em oposição e *diatópicas* para aquelas. Note-se que êsses e outros aspectos sociais da diferenciação lingüística nunca passaram despercebidos dos dialectólogos. Apenas, aqui revestem maior importância e significação, em virtude da existência de numerosas “normas cultas regionais”, entre a pauta ideal comum de um sistema (como entidade histórica) e as modalidades lingüísticas populares.

(5) COSERIU, *Geografia Lingüística*, cit. págs. 22-23.

(6) Cf. M. RODRIGUES LAPA, *A política do idioma e as Universidades* (1933): “Todos os países procuram hoje realizar os seus ‘Atlas lingüísticos’”. E, além de uma necessidade científica, um ponto de honra nacional” e M. DE PAIVA BOLEÃO, *Defesa e Ilustração da Língua*, 1944, pág. 43 n. (transcrevendo carta de 1935): “É uma vergonha que Portugal e a Espanha sejam os únicos países românicos que ainda o [atlas lingüístico] não têm! É uma obra verdadeiramente nacional...” Transcritos por SERAFIM DA SILVA NETO, *Manual de Filologia Portuguesa*, 2ª edição, Acadêmica, Ric, 1957, págs. 226 e 227.

lingüísticos" (7) e até "tôda a lingüística" (8). Hoje, não se precisa de mais do que bom senso e isenção para compreender que eles permanecem uma das maiores conquistas da Lingüística no século XX, mas padecem, como qualquer outro instrumento de trabalho resultante de qualquer outro método, de suas limitações. Dizem muito, dizem mais do que seria possível dizer por qualquer outro processo conhecido, valem pelo muito que permitem dizer a partir deles com segurança e objetividade, mas não dizem tudo. Permitem ver muito em extensão, mas com sacrifício da profundidade e do pormenor, embora como inventário preliminar constituam um ponto de partida muito seguro para aprofundamento dos estudos mais exaustivos de áreas menores que nêle se delimitem já então partindo não de pressupostos extra-lingüísticos, mas de dados de lingüística interna, colhidos ao vivo, que freqüentemente contrariam todos os pressupostos apriorísticos (9).

Nesse particular, é muito conhecido o programa de **Nouvel Atlas Linguistique de la France** (par régions), de ALBERT DAUZAT (10), de que — com as diferenças entre o projeto e a execução inevitáveis nos trabalhos de Geografia Lingüística — apareceram já o **Atlas Linguistique et Ethnographique de la Gascogne** (11), de JEAN SÉGUY, o **Atlas Linguistique et Ethnographique du Lyonnais** (12), de GARDETTE, o **Atlas Lin-**

(7) COSERIU, *Geografia Lingüística*, cit., pág. 43.

(8) IDEM, *ib.*, pág. 45.

(9) Vêm muito a propósito as seguintes palavras de MANUEL ALVAR: "El interés del Atlas está — se ha dicho — en la gran masa de materiales, que ofrece agrupados; más aún, pienso, que, sobre todo, en las múltiples sorpresas que ofrece. La búsqueda sobre el terreno da, generosamente, frutos por doquier. El hallazgo de nuevos motivos de investigación y el planteamiento incesante de problemas son circunstancias que hablan cumplidamente en su favor. Los descubrimientos hechos por un Atlas son como brechas en la muralla: a través del portillo abierto será fácil penetrar en lo ignorado. Y será necesario volver sobre la brecha para ampliarla y recoger el fruto del asedio". (*Diferencias en el habla de hombres y mujeres*, Separata da "Revista do Livro", n. 121, 1958, Rio, pág. 85).

(10) Concebido em 1939, anunciado em 1942 num artigo de 8 páginas e desenvolvido simultaneamente com os trabalhos preliminares, a partir de 1941 (*Le Français Moderne*, t. IX). Cf. as reservas com que o recebeu SEVER POP *La Dialectologie*, t. I, págs. 136-151.

(11) Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, Vol. I, vol. II, 1956 e vol. III, 1958.

(12) Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, vol. I, 1950; II, 1952, III 1956.

guistique et Ethnographique du Massif Central (13), de PIERRE NAUTON.

Como bem acentua ALVAR (14), o projeto de DAUZAT, que veio reacender a discussão sobre atlas nacionais e atlas regionais, independente dos objetivos absolutos e relativos que se propunha, só era possível, nos termos em que foi formulado, num país como a França, coberto havia quase 50 anos por um atlas nacional e, no interregno, por levantamentos de peculiaridades fonéticas ou lexicais de áreas do domínio político francês (15). Projeto semelhante, que como o anterior não deve ser confundido com os atlas de pequenos domínios realizados sem qualquer relação de interdependência ou coordenação central, é o anunciado pelos Institutos de Linguística de Bucarest, Cluj e Iasi para a Romênia, área nacional que do ponto de vista dos estudos dialetais oferece antecedentes muito próximos dos da França: já explorada sistematicamente para um atlas nacional e com uma tradição de estudos monográficos que remonta a 1857 (16).

A questão não pode ser colocada em termos de alternativa. Atlas nacionais (ou, talvez melhor, de grandes domínios geográficos) e atlas regionais (ou de pequenos domínios) não se excluem. Provam-no os resultados conhecidos do NALF. Quanto a colocá-la em termos de precedência, pode-se admitir que seja vantajoso começar por domínios mais amplos para subdividir depois e assim pormenorizar, aprofundando, os inventários e a conseqüente imagem dos falares regionais. Mas cabe perguntar, ainda com MANUEL ALVAR (17): e quando ainda não existam atlas nacionais, até quando será lícito esperar por eles? Além disso, os conceitos mesmos de atlas **nacionais**, como os de **pequenos e grandes domínios**, precisam de consideração mais atenta. No plano teórico, que como ficou dito nos parágrafos iniciais em Dialectologia é de conciliação difícil com a realidade prática, o ideal seria entender **nacional** não em termos políticos ou administrativos, mas em termos histórico-linguísticos, de tal modo que se pudessem programar levantamentos sistemáticos, com critérios e procedimentos homogêneos, não em função de uma unidade político-administrativa autônoma por possuir governo próprio, hino e ban-

(13) Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1957-1961.

(14) *Los nuevos Atlas*, cit., págs. 12 e 16.

(15) Enumeração dessas áreas e dos respectivos autores nas páginas 12 e 13.

(16) Prevê-se para a conclusão dos trabalhos um prazo de 14 anos. Quanto à data, cf. POP, *op. cit.*, pág. 675 do tomo I.

(17) *Los nuevos Atlas*, cit., pág. 69, n. 117.

deira nacionais, mas em função de toda a área ocupada por um mesmo sistema lingüístico, com total indiferença pela ocorrência de fronteiras políticas e administrativas (18).

Mas do desejável ao possível vai sempre uma distância, e em Dialectologia essa distância nunca é pequena. Por outro lado, pensemos em **regional** ou em **pequeno domínio**, a relatividade salta aos olhos: o exemplo enumerativo de ALVAR (19) — a Andaluzia tem 87.329 km², a Bélgica 30.507, a Holanda 32.450, a Áustria 83.849, a Suíça 41.288, a Dinamarca 42.936, a Hungria 93.030, Portugal 88.593 — ganha mais força, para nós, com o acréscimo de que a Bahia tem 545.279 km² (quase o mesmo — apenas 30.986 km² menos — que a soma de seus nove exemplos!), o Brasil 8.513.844 km². Se é verdade que essa extensão territorial é compensada por uma densidade de população sensivelmente menor, e por uma unidade lingüística relativa muito maior, não se deve esquecer, quanto à primeira observação, que ela em nada reduz, ao contrário, agrava-as, as dificuldades de deslocamento e, quanto à segunda, que essa unidade é relativa, “espantosa”, como freqüentemente a qualificam, apenas em relação às áreas românicas européias com as quais muitas vezes inconscientemente a comparamos, e é afirmada bastante aprioristicamente, já que nenhuma observação direta e sistemática de âmbito nacional se fez até hoje.

A solução do aparente dilema está, suponho eu, em reconhecer que os dois tipos de atlas não se excluem mas são diferentes nos seus propósitos, o que implica peculiaridades de planejamento e de execução para cada um. Está, mais, na consciência de que a geografia lingüística, como toda atividade planificada, deve ater-se realisticamente aos limites do possí-

(18) Há uma notícia, reproduzida do tomo V (1913) do *Bulletin de dialectologie romane* por SERAFIM DA SILVA NETO no seu *Manual de Filologia*, cit., página 226, nota de projeto ainda mais ambicioso do que a hipótese aqui formulada. Refere a preparação, no Seminário de Línguas Românicas, em Hamburgo, de um atlas da Ibero-România que não se limitaria ao espanhol, ao português e ao catalão na Península Ibérica, mas se estenderia às “regiões mais importantes da América central e meridional”. Mesmo desconhecendo pormenores do plano e ignorando por completo a *inside-story* do seu desenvolvimento (se algum chegou a haver), creio que podemos subscrever com maior tranquilidade o que disse, no parecer à comunicação de L. F. LINDLEY CINTRA ao Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro o saudoso filólogo brasileiro: “A 1.ª Grande Guerra, a morte prematura [1926] de SCHADEL e, sobretudo, o plano demasiadamente ambicioso... fizeram com que se interrompessem os trabalhos” (Cf. os *Anais*, Mec, Rio, 1958, pág. 196).

(19) *Los Nuevos Atlas*, cit., pág. 69 n. 118.

vel e enfrenta, êsse sim, um dilema de que não escapa: grande extensão espacial e poucos fatos a colher ou muitos materiais mas área pouco extensa, como na imagem do cobertor curto que se cobre a cabeça descobre os pés e se cobre os pés descobre a cabeça... As principais variáveis a levar em conta são, sumariamente, o tempo, o pessoal, o grau de preparação científica dêste, as dificuldades de deslocamento na região, os recursos bibliográficos e — principalmente — financeiros de que se dispunham. De um modo geral, são proporcionalmente inversos... Para os prazos, convém não perder de vista a maior ou menor estabilidade das instituições sociais — abundam exemplos de projetos a longo prazo fundamente atingidos por falta de previsão no particular (20) — nem, pelo me-

- (20) Acrescentemos apenas dois exemplos ao do n.º 18, para excluir a suspeita de gratuidade da afirmação, ambos europeus.

O AIS, considerado o maior monumento da cartografia lingüística moderna, foi planejado em 1911, mas teve o início de sua execução retardado pela falta de meios financeiros e, logo depois, pela guerra mundial de 1914-1918. Para começar sem novos adiamentos os inquéritos, JABERG e JUD se autofinanciaram pessoalmente. Em seguida, recorreram a amigos particulares (além, obviamente, de fundos universitários para pesquisas, que em alguns países se concedem também para isso). Mais tarde, quando já se haviam despendido 80.000 — fez-se necessária uma suplementação de 20.000 francos suíços, que foi oferecida por um irmão de KARL JABERG (Cf. S. Pop, *op. cit.*, I, págs. 563-564).

O ALPI, tão insistentemente reclamado pelo menos desde 1930 e de que só recentemente (1962) apareceu o 1.º tomo, reúne materiais recolhidos em fases distintas: uma de 1932 a 1936, em que ARMANDO NOBRE DE GUSMÃO e ANIBAL OTERO investigaram 15 pontos portugueses, outra de 1947 a 1954, quando este e LUIS FELIPE LINDLEY CINTRA, nos dois últimos anos, exploraram 77 pontos. "É fácil" — diz CINTRA — "deduzir dos trabalhos a força da interrupção e sua causa: a guerra civil espanhola e as suas dramáticas consequências e a segunda guerra mundial impossibilitaram a conclusão dos inquéritos, quando quase todo o território politicamente espanhol tinha sido percorrido pelas várias equipes de investigadores e quando já se tinham iniciado os inquéritos em território português, o que veio prejudicar irremediavelmente o bom andamento de uma obra na qual se tinha trabalhado de início com regularidade e mérito" (*Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*, MEC, Rio, 1958, pág. 186).

Cabe ainda mencionar aqui o que diz MANUEL ALVAR na pág. 46 de seu *Los Nuevos Atlas*, tantas vezes citado, sobre o que projetou e o que realmente aconteceu no capítulo inquiridores do "*Atlas Lingüístico y Etnográfico de Andalucía*": "Mi primitiva idea — colector único — hubo de ser desechada. La necesidad exigió llegar hasta ese número tres, que me parece muy poco excesivo". E, em nota: "El Atlas hubiera sido terminado, según mis planes, con sólo dos exploradores. Si alteré mis propósitos, fué porque, en un concurso de investigación, logré subsidios económicos [há países onde isso pode acontecer e nos quais existem dialectólogos capazes de obtê-lo!] para acabar la obra. Entonces hubo que acelerar el ritmo de las encuestas. Y, obtener dinero para trabajar, no suele ser demasiado frecuente".

nos é o cálculo que repito muito em relação a minha experiência pessoal, que não há esforço de previsão capaz de cobrir mais de 30% do que vai acontecer. . .

Com a afortunada trajetória do método de **coisas-palavras**, de cujas excelências a grande amostra em língua portuguesa e sobre o domínio português continua sendo o admirável trabalho de HERCULANO DE CARVALHO (21), a Dialectologia foi gradativa mas rapidamente ampliando e estreitando seus compromissos com a Etnografia. Quem quer que tenha ousado a aventura de uma investigação de campo nos domínios do léxico de uma área de certa extensão geográfica pode testemunhar que essa orientação respondeu a uma necessidade imperiosa. O remédio, porém, por sua extraordinária eficiência, em doses exageradas ameaçaria matar da cura, isto é, distanciar demais a Dialectologia do âmbito da Linguística, levando-a a dissolver-se na Etnografia, quando é evidente que na investigação dialetal muito de etnográfico deve aparecer, mas nem tudo deve ser etnográfico. Além de que, no mundo moderno torna-se cada vez mais difícil ser etnógrafo e linguísta (ou mero dialectólogo) ao mesmo tempo e continua não sendo fácil a organização, nem a execução, de projetos que conjuguem os esforços de especialistas de diferentes setores de atividade científica, mesmo dos mais afins. Principalmente no Brasil.

Sempre que se me depara o problema ou sobre ele reflito, ocorre-me o diagnóstico, muito pertinente e de uma isenção impecável, apesar do tom incisivo do estilo de DIEGO CATALÁN MENÉNDEZ PIDAL numa comunicação ao I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia (22), em que aponta na Dialectologia românica uma **crise** de decadência pela qual responsabiliza não só os dialectólogos mas também os cultores das "novas escolas estruturalistas", propõe uma "simbiose... entre os métodos estruturais e os métodos de geografia dialetal" e examina dois casos concretos, um em que a geografia dialetal referenda uma explicação estrutural (lat. —kt—, —^ult—> leonês —[ts]— numa zona entre a área de lat.

(21) JOSÉ GONÇALO C. HERCULANO DE CARVALHO, "Coisas e palavras. Alguns problemas etnográficos e lingüísticos relacionados com primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica". *Bíblis*, vol. XXIX (1953), págs. 1-365.

(22) *Dialectologia y estructuralismo diacrónico* (mimeografado). A situação que descreve em 1958 permanece até hoje, apenas atenuada.

—kt—, —^ult—> I—^vc—I e a de lat. —kt—, —^ult—> [it]), outro (o das “exceções” castelhanas lat. L—> [l] — mas lat. —LL—> — [l] —, e lat. N—> [n] — mas lat. —NN—> —[n]—, ante os resultados simétricos galego-portuguêses e leoneses) em que

“el estudio de los sistemas dialectales en toda su rica variedad nos proporciona... serias objeciones a la esquemática solución estructural propugnada a partir de un conocimiento somero de las variedades lingüísticas peninsulares”.

Na mesma linha, embora menos explícito, menos atento à reciprocidade das relações entre o método da geografia lingüística tradicional e o estruturalismo e nitidamente inclinado pela adoção dêste por aquela, é o já citado trabalho de JOSÉ PEDRO RONA, que advoga uma seleção prioritária

“de los principales fenómenos estudiados y a estudiar, a fin de no incurrir en confusiones entre ellos”.

Até agora, a insistência maior tem sido sobre a adoção nos estudos dialetais dos princípios da Fonologia — sincrônica ou diacrônica, o que não é de admirar, pois por um lado é no plano fonêmico que mais tem conseguido avançar, difundir-se e convencer o estruturalismo e, por outro a massa de materiais dialetais coletados normalmente se concentra, depois do léxico e através dêle, no nível das realizações de fonemas. Entretanto, dentro da tendência geral das chamadas ciências humanas de reformular-se em bases estruturais, também a morfo-sintaxe e a semântica procuram consolidar-se com estruturalismos. Se aceitarmos, o que teoricamente aceito, a posição de DIEGO CATALAN, de que não devem voltar-se reciprocamente as costas a Lingüística estrutural e a Dialectologia, (vejo do ponto de vista desta um desafio excitante, que promete muito, mas por um preço bastante elevado, difícil de pagar inteiro na prática.

Difícil porque a experiência tem demonstrado que a Dialectologia, por maiores e tantas vezes heróicos que sejam os esforços por sistematizá-la com rigor e objetividade, é por natureza e essência seu tanto rebelde a qualquer esquematismo (prévio) ou esquematização (posterior). Principalmente na fase crucial do levantamento dos dados *in loco*, sempre fugidia, protéica, cheia de imprevisíveis que na hora do exame sereno de gabinete freqüentemente deixam perplexo, desconcertado, o próprio inquiridor de campo. Difícil, ainda, porque

o tempo de que se pode dispor nessa fase é — sabe-se de antemão mas só na imediata se vê quanto — limitado (23). Creio, para ser franco, que não é injusto falar de uma “Dialectologia em crises”, como o fez DIEGO CATALAN, mas que não é menos justo falar, *data venia*, de uma “Lingüística em crise”, com DAMASO ALONSO (24). “Crise de crescimento” não apenas para a segunda, mas também para a primeira.

A reflexão de que a Dialectologia no Brasil, a que mais adiante me refiro, ainda se encontra a enorme distância daquele ponto de saturação por desenvolvimento que é origem e causa da crise citada, se por um lado é desalentadora, por outro, dialéticamente, pode ser considerada estimulante, porque a Dialectologia entre nós se beneficiará das novas conquistas da Lingüística estrutural *lato* e *stricto sensu* e lhe custará menos libertar-se dos compromissos com o método tradicional que ameacem esterilizá-la ou esclerosá-la. Será assim, é claro, na medida em que Lingüística e Dialectologia se afirmem e desenvolvam no país, sem hostilidades nem polémicas ociosas que já não têm o menor cabimento, harmonicamente, vale dizer, na medida em que lingüistas e dialectólogos se entendam mais do que se desentendam, os primeiros renunciando a aprisionar os segundos na camisa-de-fôrça de “sus ágiles construcciones pan-lingüísticas” (25), os segundos abrindo sua curiosidade às conquistas e avanços da teoria da linguagem, sem desconfianças nem prejuízos, conscientes uns e outros de que não há precedência hierárquica entre as duas atividades específicas, ao contrário: cada uma delas, pode, serenamente e sem desdouro, ser considerada *instrumental* ou subsidiária da outra, o que é simples questão de ponto de vista (e o ponto de vista, já advertia SAUSSURE, é sempre do investigador, não da ciência). É como tenho procurado (não me cabe dizer se tenho conseguido) comportar-me, na escassa, limitada e — sei muito bem quanto! — precária contribuição que na

(23) Não resisto à tentação de transcrever MANUEL ALVAR: “Esta es la miseria de los Atlas. Su necesaria limitación; en la cantidad de materiales, en su localización y en el tiempo disponible para la encuesta” (*Diferencias en el habla*, cit., pág. 85).

(24) *La fragmentación fonética peninsular*. Enciclopedia Lingüística hispánica, tomo I, Suplemento, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid 1962, pág. 21: “Somos de los que creen que en nuestros días asistimos a un cambio de perspectiva en las ciencias lingüísticas de una importancia tan grande, que representa quizá la mayor crisis de crecimiento de estas disciplinas”.

(25) DIEGO CATALAN, cit., pág. 2.

Bahia procuro dar aos estudos dialetais no Brasil e à qual, sob constrangimento fácil de compreender, terei de referir-me adiante. Mas antes de baixar ao Brasil cabe um exame, ainda que sumário, de três opiniões quase acidentalmente reunidas, sobre o papel da Fonologia na geografia dialetal.

MANUEL ALVAR (26) estranha e deplora a ausência completa da Fonologia nos atlas românicos anteriores ao da Andaluzia, no qual essa lacuna foi preenchida, confronta as transcrições fonéticas de EDMONT e ALLIÈRES no ponto 760 do ALF e do ALEG para concluir que as divergências não se explicam pela distância de quase meio século que separa os dois inquéritos mas por corresponderem a "duas interpretações distintas de um mesmo sistema lingüístico", em seguida confronta transcrições fonéticas de EDMONT e de GARDETTE em Larajasse (ponto 818 do ALF e 49 do ALL) para concluir

"que estão dentro da previsível discrepância que temos de admitir sempre que variamos de informante ou de inquiridor"

e têm, como as do confronto anterior mas sem registrar o abismo entre elas, apenas interesse fonético, não fonológico. De tudo isso, mais as considerações sobre sua interpretação funcional do fenômeno que deu o nome à famosa "Andalucía de la e", define-se, a menos que eu esteja interpretando mal quem escreve com uma clareza invejável, pela maior validade da transcrição fonética da tradição românica sobre a de uma transcrição fonológica, pelo menos para a România. Suas principais razões: no trabalho de campo não é fácil distinguir entre o que seja traço articulatorio pertinente ou simples matiz fonético!; a depreensão dos fonemas só é possível com um conhecimento preciso do falar explorado, que é — relativamente ao inquérito — um *a posteriori*. O que não significa, a seu ver, que a Fonologia não caiba nos inquéritos: a par das perguntas "de orientação fonética", deveriam incluir-se perguntas "de orientação fonológica", com o que se chegaria ao "inquérito ideal: junto à precisão fonética, a valoração fonológica".

Nos exemplos mencionados de DIEGO CATALÁN, tanto naquele em que os dados dialetais confirmam a interpretação estrutural quanto no caso em que contrariam uma hipótese

(26) *Los Nuevos Atlas*, cit., págs. 17 a 35.

de inspiração fonológica, o que se vê não é muito diferente: os materiais de geografia dialetal trazidos a discussão foram reunidos com “orientação fonética”, que em nada dificultou seu reagrupamento para uma interpretação fonêmica, além do mais diacrônica.

DÁMASO ALONSO (27), examinando uma nova interpretação proposta por HELMUT LÜDTKE (28) dos sistemas vocálicos da România no que respeita à Península Ibérica, crê que o autor

“se deixou deslumbrar pela beleza da possível descoberta, e procedeu com notável arrebatamento teorizante e falta de rigor” (29) e adverte: 1. que “de um lado está a rigorosa e metódica recolha de dados (essa, em LÜDTKE muito louvada); de outro, a interpretação teórica... impossível sem aquela”; 2. “sem conhecimento da realidade lingüística, atual ou histórica, as teorias revolucionárias não serão mais que gaiolas, melhor ou pior construídas, mas sem pássaro”, 3. “há que prevenir-se contra a utilização inconsiderada de uns métodos que com pouco que se exagrem caem num estéril *cubileteo* e amontoamento de hipóteses sobre hipóteses, de tal natureza que um pequeno equívoco de várias delas leva na última a a um erro só mensurável, digamos, em “anos-luz”; 4. não seriam de desejar “investigadores [de campo] com prejuízos estruturalistas, e com idéias preconcebidas do que há de ser o sistema vocálico [ou consonântico, é óbvio] de uma região; 5. “a recolha de materiais há de ser feita por “fonéticos” e não “fonólogos”; mas fonéticos que à base de muitas observações individuais, cheguem a determinar a pronúncia de uma determinada localidade”.

As três opiniões, insisto que reunidas quase ao acaso, embora diversamente matizadas coincidem no essencial: preconizam uma “convivência pacífica” de Fonética e Fonologia na Geografia Lingüística, admitindo — no mínimo, como no caso

(27) No capítulo inicial do Suplemento à Enciclopedia Lingüística Hispánica, cit., págs. 20-21.

(28) *Die strukturelle Entwicklung des romanischen Vokalismus*. Romanisches Seminar an der Universität Bonn, Bonn, 1956.

(29) Não entro, nem caberia fazê-lo, no mérito do trabalho discutido, nem tampouco no do julgamento severo — nesse ponto — de DÁMASO ALONSO. Ao que me proponho interessam apenas as conclusões — também elas algo arrebatadas, embora procedentes no plano teórico — do insigne romaniasta espanhol, que encaro de uma perspectiva voltada não para o passado, nem para o presente, mas para o futuro, e que ficariam mal situadas sem esta referência ao trabalho que as inspirou.

de DIEGO CATALÁN — na fase do levantamento de dados, um predomínio da “orientação fonética” sobre a “orientação fonológica”. O problema, se ainda é lícito chamar-lhe assim, desloca-se para o da preparação do inquiridor, que no Brasil assume relevância e proporções dramáticas mas só perfunctoriamente será tocado neste relatório, porque o Seminário em boa hora confiou-o ao Professor ARYON D'ALL IGNA RODRIGUES. Quanto a mim, quer-me parecer que tudo depende dos objetivos da recolha, da delimitação rigorosa do campo lingüístico que o dialectólogo se proponha investigar. Por exemplo, se alguém procura o traçado de isoglossas estritamente lexicais, não vejo o menor inconveniente em adotar uma transcrição fonológica — desde que, é claro, o sistema da área investigada já esteja estabelecido — que tem a vantagem de economizar tempo, elemento precioso em Dialectologia. Do ponto de vista da Fonética, aliás, a transcrição fonológica não é mais do que a chamada **transcrição lata** (tradução feliz do Prof. MATTOSO CÂMARA para o inglês **broad transcription**), isto é, pouco pormenorizada (30). E o grau de pormenorização a adotar nos trabalhos de campo, êsse sim é difícil de estabelecer **a priori**, porque normalmente se vai inquirir num ponto ou numa área exatamente porque não se sabe como se apresentam lá os fatos, embora de ordinário ninguém se lance às recolhas sem um mínimo — não dos temidos pressupostos! — mas de informações preliminares que balizem, orientem, a programação e preparação delas (31). Justamente a dificuldade de estabelecer **a priori** quanto convirá pormenorizar ao transcrever as respostas é que tem inclinado os dialectólogos por uma transcrição altamente pormenorizada: entende-se que é preferível registrar no campo grande cópia de elementos de **parole**, fáceis de pôr de lado no momento de analisar os materiais recolhidos, a deixar escapar matizes fonéticos que podem revelar-se preciosos para a elucidação de problemas sincrônicos cuja existência o inquiridor ignore ou que não lhe ocorram durante os inquéritos. A opção é razoável, mais uma vez, no plano teórico. Mas envolve, para o Brasil, um ônus que não se pode perder de vista: dificulta consideravelmente e tal-

(30) Sem contar que qualquer simbolização literal implica numa análise fonêmica mais rudimentar ou menos rudimentar. É quase lugar comum entre os fonólogos a observação de que a escrita alfabética é a primeira análise fonêmica de uma língua.

(31) São essas informações preliminares que podem permitir em certos casos a inclusão das “perguntas de orientação fonológica” referidas por ALVAR.

vez retarde além do tolerável, a preparação dos inquiridores tão necesssários, em tão grande número, e tão urgentes que venham a salvar para a ciência e para a honra da nossa cultura autêntica os falares regionais que ninguém pode prever quanto tempo resistirão à força niveladora da vida moderna.

Seja como fôr, ninguém tem hoje o direito de formar inquiridores sem dar-lhes algum conhecimento dos princípios fundamentais de Fonologia. Os pruridos de polêmica entre esta e a Fonética não têm hoje — para mim eram compreensíveis, mas nunca tiveram o menor sentido. Vou mais longe. O que não faz sentido é admitir-se ainda foneticistas que ignorem o essencial de Fonologia, ou fonólogos que se julguem no direito de desprezar a Fonética. Quanto a começar, no caso da preparação de inquiridores brasileiros para a Dialectologia brasileira, por uma ou por outra, confesso que nunca sei com exatidão — nas minhas aulas de Fonêmica Portuguesa — onde pára a Fonologia e começa a Fonética, ou vice-versa.

Dois curtos exemplos bastam a comprovar o que procuro dizer. Creio que MANUEL ALVAR tem razão quando admite que o conhecimento preliminar do sistema fonológico do gasção por parte de EDMONT — aliás impossível na altura dos seus inquéritos em termos de mais do que estritamente práticos — teria reduzido o abismo entre suas transcrições e as de ALLIÈRES o que se pode considerar um argumento válido para a preparação fonológica do inquiridor. Mas quem, entre nós, por limitar-se à identificação fonológica das sibilantes que ouvisse, transcrevesse indistintamente predorsodentais e ápico-alveolares, — no caso, quiçá pouco provável, de ocorrerem estaria deixando escapar uma pista para informações da maior importância sôbre a história da língua portuguesa no Brasil (32). E, por mais que nos recusemos a aceitar uma orientação exclusivamente historicista para a Dialectologia — pecado que lhe aponta RONA — entendo que a perspectiva histórica não lhe faz, se bem dosada, o menor dos males.

Do ponto de vista estritamente lingüístico, que ignorasse, como ficou dito, fronteiras político-administrativas, a Dialectologia brasileira deveria ser considerada um capítulo da **Dialectologia da língua portuguesa**, já que se ocupa de modalidades regionais, de variações no espaço daquele sistema lingüís-

(32) Cf LUIS FILIPE LINDLEY CINTRA, "Alguns estudos de fonética com base no Atlas Lingüístico da Península Ibérica", MEC, Rio, 1958.

tico. Entretanto, como circunstâncias histórico-sociais muito peculiares ao Brasil não só em relação ao desenvolvimento do sistema na sua área européia mas também nas áreas africanas e asiáticas — por exemplo, os processos de implantação e difusão da língua transplantada, a interação com línguas indígenas e africanas, camadas de imigrantes aloglotas superpostas em época mais recente em algumas áreas, enorme extensão territorial do país, crescimento vertiginoso da população, migrações internas mais intensas — fazem do estudo da **língua portuguesa no Brasil** uma tarefa ingente, capaz de absorver por si só os esforços e os recursos de várias gerações, ninguém nega — nem sequer discute — que seja lícito falar de uma **Dialectologia brasileira**, não independente, mas apenas vinculada à Dialectologia portuguesa e, com esta, inserida na Dialectologia Românica.

Essa tarefa é tão ingente e encontra-se tão atrasada em relação ao resto da România contemporânea, que não será de estranhar, talvez até seja desejável, que no futuro se fale, dentro dos limites da **Dialectologia brasileira**, em dialectologia nordestina, dialectologia nortista, dialectologia centro-occidental, etc., quem sabe até em dialectologia baiana, gaúcha, amazonense, paulista, etc.; o que só dependerá, para acontecer, de os estudos dessas áreas desenvolverem-se, intensificar-se e aprofundarem-se, conduzindo ao levantamento e interpretação muito pormenorizados das peculiaridades de cada uma delas. Convirá, porém, nunca esquecer que a dialectologia é essencialmente **contextual**: o fato apurado num **ponto geográfico** ou numa **área geográfica** só ganha luz, fôrça e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente — ainda que por ausência — em outro ponto ou em outra área.

Em tese, o ideal seria proceder inicialmente a um levantamento exaustivo das modalidades lingüísticas de uma área e só depois disso, à luz do maior número possível de diferenciações regionais, traçar as isoglossas — lexicais, fonéticas, fonológicas (quando ocorressem) e morfo-sintáticas, para depois, conjugadas essas isoglossas, que de antemão podemos garantir que não se superpõem coincidentemente, classificar os **falares brasileiros** e interpretar historicamente seus limites.

Esse ideal teórico é, como sói acontecer em matéria científica, impraticável: o progresso da ciência é sempre gradativo, não dá saltos e além do mais resulta de tentativas par-

ciais, isoladas e quase sempre individuais. Compreende-se porquê: apesar dos esforços de governos, instituições culturais de carácter nacional como o Centre de la Recherche Scientifique na França, o Consejo Superior de Investigaciones Científicas na Espanha, o Instituto de Alta Cultura em Portugal, o Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas na Argentina [há países, e aqui estão apenas alguns, onde tais instituições financiam também as pesquisas lingüísticas] e mesmo de carácter internacional como a UNESCO, é muito difícil reunir pessoal especializado e recursos para empresas daquela magnitude e duração.

Assim, não podiam a curiosidade intelectual dos filólogos brasileiros, nem as necessidades profissionais dos professores de língua portuguesa em nível médio e, criadas as Faculdades de Letras no país, em nível universitário, ao menos as necessidades dos mais conscientes, esperar sabe Deus até quando que aquêle primeiro momento teórico se cumprisse para que se passasse ao segundo. Em consequência inúmeras divisões do Brasil em **áreas dialetais**, ou, melhor, em **falares regionais**, têm sido propostas. Estão arroladas na 2ª edição de ANTENOR NASCENTES, **O Linguajar Carloca** (33), que aí reformula sua proposta da edição anterior de 1922, alterada, já uma primeira vez, para o **Idioma Nacional**, 1933 (34). Nenhuma delas, é claro, como invariavelmente reconhecem os autores das mais recentes, preenche os dois requisitos fundamentais do método geográfico-lingüístico — observação **direta e sistemática** — mas são, principalmente a de ANTENOR NASCENTES, e, já agora, segundo presumo, a de SÍLVIO ELIA, citada logo adiante, tentativas que apesar do que nelas ocorra de apriorístico têm muito de louvável, quando mais não seja porque utilizadas com espírito crítico podem constituir um ponto de partida preliminar para a programação rigorosa e, onde necessária, corretiva, do primeiro momento a que se anteciparam.

Seria exagêro e injustiça dizer que a Dialetoлогия brasileira esteja no marco zero: vocabulários regionais como o de PEREIRA DA COSTA para Pernambuco (35), os de ROMAGUERA CORREIA, LUÍS CARLOS DE MORAIS e ROQUE CAL-

(33) Organização Simões, Rio, 1954.

(34) Reproduzimos o mapa com a divisão proposta em 1954 no APFB, carta introdutória nº II, como homenagem ao autor.

(35) *Vocabulário pernambucano*, Imprensa Oficial, Recife, 1937.

LAGE para o Rio Grande do Sul (36), o de FLORIVAL SERRAINE para o Ceará (37) e inúmeros outros, no campo da Lexicologia, trabalhos como os de AMADEU AMARAL (38), de MÁRIO MARROQUIM para Pernambuco e Alagoas (39), ou de JOSÉ APARECIDA TEIXEIRA para Minas e Goiás (40), AIRES DA MATA MACHADO FILHO, **O negro e o garimpo em Minas Gerais** (41), as contribuições ao I Congresso Brasileiro da Língua Nacional Cantada reunido por MÁRIO DE ANDRADE em São Paulo em 1937 (42), ou ao Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro já referido (43), são exemplos de subsídios para a Dialectologia brasileira a que outros muitos se poderiam acrescentar. Seu maior defeito, enquanto subsídios e preliminares, é encontrarem-se tão dispersos, num país onde a informação, principalmente a informação científica, circula tão escassamente e com tanta dificuldade, defeito cuja correção vem a ser uma das muitas vantagens que os atlas apresentam como forma de publicação de resultados da investigação dialetal.

Para sairmos do estágio que representam esses trabalhos parciais, urge — antes mesmo da preparação específica e “em massa” de inquiridores referida linhas atrás, que exigiria condições pelas quais a Dialectologia brasileira não pode esperar indefinidamente — criar a **mentalidade dialectológica**, sem a qual nunca teremos os recursos para aquela preparação e pela qual tanto se empenhou o saudoso filólogo SERAFIM DA SILVA NETO, no verdadeiro apostolado que desenvolveu — em livro — desde a **Introdução à História da Língua Portuguesa no Brasil** (44), no **Manual de Filologia Portuguesa** (45) e na **Revista Brasileira de Filologia**, que fundou em 1955 com esse

(36) Hoje “consolidados”, juntamente com o de ANTONIO ALVARES PEREIRA CORUJA, no *Vocabulário Sul-Rio-Grandense*, Editora Globo, Porto Alegre, 1964.

(37) *Dicionário de termos populares*, Organização Simões, Rio, 1958.

(38) *O Dialeto Caipira*, 1ª ed., Casa Editora “O Livro”, São Paulo, 1920; 2ª ed., Editora Anhembi, São Paulo, 1955.

(39) *A língua do nordeste*, 1ª ed., 1934; 2ª ed. Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1945.

(40) *O falar mineiro*, separata da *Revista do Arquivo Municipal*, n.º 45, São Paulo 1933 e *Estudos de Dialectologia Portuguesa, Linguagem de Goiás*, Ed. Anchieta, São Paulo, 1944.

(41) 1ª ed. José Olímpio, Rio, 1933; 2ª ed. Civilização Brasileira, Rio, 1964.

(42) *Anais*, Departamento de Cultura, Prefeitura do Município de S. Paulo, 1938.

(43) *Anais*, cit.

(44) 1ª ed. INL, Rio, 1950; 2ª ed. INL, Rio, 1963.

(45) 2ª ed. Acadêmica, Rio, 1957.

objetivo prioritário e dirigiu até sua morte em 1960 (46), apostolado que o levou — apesar da saúde precária — a conferências em distantes pontos do país e das quais resultou o **Guia para estudos dialectológicos** (47). Creio poder resumir, com ele S. SILVA NETO e com um pouco de experiência pessoal, o que se deve entender por mentalidade dialectológica:

- 1) interesse, respeito, aprêço pelas peculiaridades regionais da língua portuguesa no Brasil como manifestações culturais de absoluta validade;
- 2) estímulo e orientação a jovens bem dotados que se disponham a pagar o preço das agruras e desconfortos do trabalho de campo pela satisfação da descoberta e conhecimento de nossa realidade cultural, de que a realidade lingüística é a expressão mais significativa;
- 3) convencer, o que talvez seja mais difícil do que o resto a julgar por nossa experiência pessoal, autoridades administrativas municipais, estaduais, nacionais e universitárias, da importância científica, cultural e administrativa do conhecimento de nossa realidade lingüística e, portanto, dos estudos dialetais;
- 4) abrir em nosso ensino de qualquer nível o maior espaço possível ao estudo do português do Brasil, não como uma das muitas modalidades de um **sistema** (48), mas como a modalidade com que está em contato real, permanente, concreto, o nosso estudante de qualquer nível.

(46) Cif., para a prioridade, vol. I, t. 1, pág. 1: "Apesar do interesse, que já frisamos, por todos os assuntos relativos à língua portuguesa, sem qualquer restrição geográfica, a nossa revista pretende dar atenção especial ao português do Brasil".

Não tenho a menor dúvida em afirmar que os 5 volumes publicados são uma garantia de que a revista desempenharia entre nós o papel que desempenha além-mar a *Revista Portuguesa de Filologia*, fundada pelo Prof. PAIVA BOLÃO em 1947. Apenas a morte não o quis, apenas a morte poderia impedi-lo.

(47) 1.^a ed., Florianópolis, 1955; 2.^a ed., Belém, 1958. O comovente apostolado de SERAFIM DA SILVA NETO não foi, evidentemente, tudo o que fez pela Dialectologia brasileira. Sua contribuição inclui inúmeros artigos de revista (alguns reunidos em livro) que são modelos admiráveis de interpretação de fatos dialetais. Não cabe porém, nos limites de um relatório desta natureza uma avaliação pormenorizada dessa parte do labor científico do inesquecível filólogo, que, a ser feita, ultrapassaria sozinho a extensão ocupada por tudo o mais que era forçoso mencionar, ainda que sumariamente.

(48) Por exemplo, limitando-nos, como há alguns anos atrás acontecia no programa de português do ensino secundário, à enumeração de umas quantas diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal.

Nessa verdadeira **cruzada** que exige a Dialectologia brasileira é que se devem registrar as **Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil** de ANTENOR NASCENTES (49), ou projetos como o da comunicação de SERAFIM DA SILVA NETO e CELSO CUNHA ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Lisboa em 1957 (50), ou, ainda, tentativas como a de SÍLVIO ELIA nos seus **Ensaio de Filologia** (51). Nela igualmente, o **APFB**, cujo objetivo maior não foi outro: contribuir para a criação de mentalidade dialectológica no Brasil (52).

(49) Casa de Rui Barbosa, Rio, tomo I, 1958, tomo II, 1961.

(50) "Atlas Lingüístico-etnográfico do Brasil". Ver *Actas respectivas* vol. II. Lisboa, 1960, págs. 405-412. Os autores propõem um programa de atlas regionais que cubram uma das regiões culturais do país estabelecidas por MANUEL DIEGUES JUNIOR, *Regiões Culturais do Brasil*, Centro de Pesquisas Educacionais, MEC, 1960.

(51) Livraria Acadêmica, Rio, 1963, págs. 233-301 (Unidade e diversidade do português do Brasil) e 303-312 (Nota sobre as áreas dialetais brasileiras).

(52) Outra não foi a pretensão da obra no âmbito nacional. Nos limites da Bahia pretendeu-se um pouco mais: alargar, com o inevitável sacrifício dos dados concretos a recolher, a área geográfica que até então as circunstâncias nos vinham permitindo investigar a título de sondagem; obter elementos que acedidos aos extralingüísticos disponíveis permitissem programar — a médio ou longo prazo — uma série de monografias, sobre pontos ou área menores ou sobre fenômenos específicos que se julgassem prioritários. Essa programação, apesar de perturbada pela "segunda frente" a que teve de acorrer o grupo de 1962 a 1965 e apesar da nada menos que asfixiante escassez de recursos de toda ordem, não deixou de ser cumprida e pode considerar-se em andamento. Por enquanto, uma das inquiridoras do **APFB**, DINAH MARIA MONTENEGRO ISENSEE, voltou ao ponto 33 e preparou sobre ele sua tese de Mestrado para a Universidade de Brasília, que em breve será publicada pelo Instituto Nacional do Livro. No momento, prepara-se no Laboratório de Fonética, tendo por ponto de partida os materiais recolhidos para o **APFB**, aproveitados ou não em cartas, uma tese de doutorado para uma Universidade estrangeira, sobre morfologia verbal. A licenciada VERA LÚCIA ROLLEMBERG empenha-se no que se espera venha a ser também uma monografia sobre a terminologia e a fraseologia à volta do cavalo, que nos está obrigando a incursões mais atentas no terreno da Semasiologia. Coletivamente, desenvolve-se — a duríssimas penas! — um atlas de Sergipe, já agora com um questionário mais extenso (698 perguntas) e cremos que menos imperfeito porque submetido a revisões mais numerosas e mais rigorosas, e com uma rede mais densa (15 pontos para 21 994 m²), com documentação senhora de parte dos inquiridos e — o que muito nos importa — com inquiridores mais experimentados, além de mais homogeneamente articulados entre si, embora mais numerosos do que conviria. Tem-se feito o possível para eliminar falhas da experiência anterior, mas procura-se manter a necessária relação com ela da atual. Devo incluir nessa enumeração o volume de "Ensaio de Dialectologia Baiana", no qual espero enfiar uma meia dúzia de comunicações a congressos que ficaram sem anais ou atas que os documentassem e um relatório dos inquiridos para o **APFB** de que me encarreguei pessoalmente.

A função de catalisador dessa cruzada que era lícito esperar da **Revista Brasileira de Filologia** e de seu pranteado fundador continua interrompida até hoje. Tudo indica que tão cedo não será reencetada (53). Num país como o nosso, onde a informação científica, repito, praticamente não circula e onde encontros como o que nos reúne são tão raros, o fato já por si trágico pela brutalidade da morte de um amigo e cientista de projeção internacional aos 43 anos, torna-se mais doloroso pelo desfalque irreparável no que precisa ser uma legião e ainda não é uma patrulha.

Em Portugal a situação vai mais adiantada. Graças, inicialmente, à atuação infatigável de LEITE DE VASCONCELOS, em seguida do Prof. M. DE PAIVA BOLEÓ, hoje dêste e de HERCULANO DE CARVALHO na Universidade de Coimbra e de L. F. LINDLEY CINTRA na Universidade de Lisboa, existe uma boa safra de monografias dialetais, as de Coimbra em grande parte com base nos materiais recolhidos no inquérito por correspondência iniciado pelo Prof. BOLEÓ em 1942. E concluíram-se afinal, em 1954, os inquéritos em 92 pontos do território português para o Atlas Lingüístico da Península Ibérica iniciados em 1936, de que os primeiros resultados apareceram em 1962.

Uma ação catalisadora é imprescindível, se se pretender salvaguardar a visão de conjunto dos falares brasileiros que é um compromisso da Geografia Lingüística fornecer. CELSO CUNHA concluiu a longa nota **Uma política do idioma** (54), com as seguintes palavras, que não hesito em subscrever:

(53) Publica-se no Brasil, desde 1959, *Ibérica*, Revista de Filologia Ibero-Americana, cujo alto nível científico honra nossa tradição filológica. Resulta da iniciativa do sábio e dinâmico filólogo CELSO CUNHA, coadjuvado pelo não menos operoso *fac-totum* das Letras no Brasil ANTONIO HOUAISS e pelo insigne lusófilo francês I. S. RÉVAH, a quem muito devem os estudos do português do Brasil. Mas não me consta que estivesse em seus propósitos — nem haveria por que estar, pois em 1959 eram vivos SILVA NETO e sua revista — assumir o papel que se propusera e vinha desempenhando a *Revista Brasileira de Filologia*.

(54) Livraria São José, Rio, 1964, 41-42.

"Seria da maior conveniência que, de futuro, os dialectólogos brasileiros e portugueses estabelecessem certas normas comuns de trabalho, principalmente na elaboração dos questionários básicos e na fixação do alfabeto fonético, que deve ser uniforme. Uma comparação feita com materiais mais homogêneos permitiria, obviamente, uma melhor utilização, em conjunto, do resultado obtido nas diversas áreas" (55).

Ora, pergunto, se não formos capazes de chegar a **certas normas comuns** para a investigação dialetal no Brasil, que preservem a visão de conjunto de nossos falares regionais contra o "aislamiento de los investigadores" e contra a fragmentação em "abigarrada diversidad", com que direito poderemos aspirar a essa comunhão mais ampla?

Houve um momento em que pareceu dado o primeiro passo efetivo nessa direção. Foi em setembro de 1958, por ocasião do Primeiro Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, reunido em Porto Alegre e precedido, numa espécie de **avant-première**, por um Simpósio de Filologia Românica no Rio. É claro que nem tudo foram flôres no congresso. Houve os incertos, os desacordos, os choques às vezes ríspidos de pontos de vista, contudo dentro dos limites naturais a esses encontros, principalmente quando se realizam pela primeira vez. Mas a atmosfera final era, sem sombra de dúvida, de franco e justificado otimismo, inclusive por parte dos especialistas estrangeiros convidados. Até hoje não se publicaram atas ou anais, e as numerosas comunicações de variados pontos do país discutidas e aprovadas dispersaram-se uma vez mais por revistas nacionais e estrangeiras ou permanecem inacessíveis em poder dos autores que por uma razão ou

(55) Subcrevo, sem reservas quando a ser da maior conveniência. Nem poderia deixar de fazê-lo quem tece aqui as considerações que vou desenvolvendo. Reconheço até a conveniência de estender esse entendimento além dos limites da Dialectologia de língua portuguesa, subcrevendo a desalentada queixa de MANUEL ALVAR, *Los Nuevos Atlas*, pp. 15-16: "De nuevo el aislamiento de los investigadores (como en otro tiempo las Landas, Bretaña e Las Ardenas) y la inconexión de sus empresas. Por ejemplo, cuando en la Península Ibérica se suscitan nuevos Atlas parciales, cada autor actúa con independencia absoluta y sus obras — aunque mutuamente no se ignoren — carecen de relación: plan, alcance, métodos, etc. son de diversísimas pretensiones; falta la visión de conjunto, fragmentada en una abigarrada diversidad". Ressalve-se, porém, que os autores se referem especificamente a atlas lingüísticos, e no caso desses tal objetivo, em princípio, pode ser visto como menos remoto do que em relação à Dialectologia toda.

outra não as fizeram imprimir. No segundo congresso, marcado para dois anos depois, falou-se por algum tempo, mas apenas por algum tempo. Ignoro se ainda se pensa nêle.

Salta aos olhos mas não é abusivo repisar a parcela de responsabilidade das Faculdades de Letras no destino da Dialectologia brasileira, principalmente se aceitas as premissas aqui formuladas. Sem chegar a otimismo exagerados, que em geral me sabem a leviandade, aprendi com certa surpresa, em momentos particularmente críticos de um passado nada remoto, que tenho uma confiança ilimitada, às vezes desconfio que pouco racional, no futuro do Brasil, e de tudo o que lhe diz respeito. Essa confiança talvez irracional nesse futuro abrange as tão criticadas Faculdades de Letras, seus professores e seus estudantes, uns e outros menos injustiçados do que incompreendidos. Por isso acredito, sem de modo algum subestimar as dificuldades que conheço na carne há mais de dez anos, que do ensino superior das disciplinas da Língua Portuguesa, Filologia Românica e — *last but not least* — Lingüística, sairá um dia a concretização do sonho de SERAFIM DA SILVA NETO, que para ela tanto trabalhou, formulado na Primeira Reunião Brasileira de Antropologia e no II Colóquio de Estudos Luso-brasileiros (56).

Quando? Na introdução do questionário do Atlas Lingüístico da Andaluzia (57) MANUEL ALVAR inclui entre as razões do seu otimismo em relação ao futuro dos estudos andaluzes, que até então não diferiam muito da situação atual da Dialectologia brasileira “la puesta en marcha de varios estudios y una distinta organización de las Facultades de Letras” por decreto de 1944. Cêrca de vinte anos depois do decreto, estavam publicados os três volumes de seu Atlas! O Brasil começa de mais longe, e deve contar com obstáculos bem maiores. Mas há de ter o que apresentar ainda que menos do que ofereceu ALVAR à România, vinte anos depois da reorganização dos seus cursos de letras consubstanciada na Portaria que instituiu os currículos mínimos, isto é, 1962.

Até lá, é não nos limitarmos, como se tudo dependesse dos astros e não dos homens, a esperar as condições ideais para

(56) Cf. *Revista Brasileira de Filologia*, vol. I, t. 1, 1955, “A guisa de prólogo”

(57) *Atlas lingüísticos de Andalucía. Cuestionario*. Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Granada, Seminario de Gramática Histórica, 1952, p. II.

fazer tão bem quanto no estrangeiro já se faz mas só depois de dezenas de anos de esforço continuado de várias gerações e em circunstâncias seguramente menos árduas. É reclamar com insistência e se possível organizadamente, estruturada e até estruturalmente, por aquelas condições. É, talvez mais que tudo, fazer desde já o melhor que pudermos, com o senso de realismo sem o qual não há nenhuma esperança para a Dialectologia e conscientes de que esta só se aprende a fazer... fazendo.

INTERVENÇÕES:

STANLEY CERQUEIRA

1) — Faço um apêlo ao presentes; contribuamos para que os benefícios recebidos neste Seminário frutifiquem e não se percam; que êle nos inspire para irmos além. (Cita a pág. 10. fim do relatório).

Dr. MAURER JR.

2) — Há duas tarefas urgentíssimas a serem feitas: a dialetologia e a recolha do espólio das línguas indígenas. A civilização ameaça as duas coisas. Um dos nossos alunos está fazendo estudos na Ilha dos Búzios; mas há outros focos como a região do Tietê. Eis aí tarefas para as quais se deve estimular os alunos.

ATALIBA T. DE CASTILHO

3) — O Laboratório Fonético da Bahia já pensou em receber estagiários?

R.) — Numa espécie de ato de contrição, confesso que me tenho esquivado a recebê-los, visto ser a rotina do magistério muito absorvente, estando sob nossa inteira responsabilidade todos os trabalhos da disciplina de língua portuguesa da Faculdade. Isso significa dar cursos, programas simultâneos, diferentes a todos os estudantes de Letras. Sinto-me, contudo, um pouco penitenciado de haver desencorajado os interessados, por ter atualmente em meu laboratório um professor estrangeiro preparando seu doutoramento para a Universidade de Miami. Acontece que os estrangeiros não têm problemas econômicos e trazem recomendações muito seguras de sua possibilidade para fazerem trabalho de doutoramento. Há pretensões de separar o laboratório da cadeira. Não tenho nenhum apêgo à cátedra, sou contra o regime de cátedra e acho necessário distribuir as tarefas. Não se pode fazer Dialetologia, Fonética de laboratório, História da Língua, crítica pessoal e tudo mais num lugar só. Quando falo em criar mentalidade dialetológica, penso também em tentar criar condições para quem faça Dialetologia, para que não seja obrigado a fazer qualquer outra coisa, já que a Dialetologia no Brasil é tarefa que pode absorver por si só os esforços e recursos de várias gerações. Mas dentro da realidade brasileira, dadas as dificuldades com que lutamos, com falta de dinheiro até para com-

prar livros, a solução mais razoável, a título excepcional, mesmo na Universidade da Bahia, parece estar na conciliação, dentro do possível, da atividade docente com a atividade de pesquisa e investigação.

ATALIBA T. DE CASTILHO

4) — Quanto tempo levaria para formar um dialetólogo de campo? Como receberia V. Sa. um convite desta Faculdade para orientar um curso de pós-graduação nesse sentido?

R.) — Normalmente, creio que quatro anos, no caso de se dispor de professores que possam de fato dar esses cursos; não estou muito certo de que isso possa acontecer no momento no Brasil. Em menos tempo, tenho a impressão de que é extremamente difícil, a não ser naquele regime de esforço de guerra. Quanto a convites, é claro que os encaro como uma honra enorme, mas quanto às possibilidades de aceitá-las, não garanto nada, porque é muito difícil eu sair da Bahia sem prejuízos consideráveis para os trabalhos e ainda há os problemas de ordem familiar. Dependeria também do que esses pós-graduados já soubessem alguma coisa, se tivessem uma formação boa, o prazo poderia ficar muito abreviado, talvez um ano.

ATICO VILAS BOAS DA MOTA

5) — Fêz uma pergunta que não pôde ser concretamente reformulada por defeito da gravação; objetou contra o critério de seleção dos pontos inquiridos.

R.) — O que digo é que se torna cada vez mais difícil no mundo de hoje ser etnógrafo e lingüista ou mero dialetólogo ao mesmo tempo. É difícil porque as atividades científicas precisam ser remuneradas, sendo bem raro que homens muito ricos se dediquem a elas. E não podemos fazer só Dialetologia porque não há a profissão remunerada. Não é fácil a organização e execução de projetos que conjuguem esforços de vários especialistas. Mesmo a UNESCO e várias outras instituições congêneras raramente conseguem o necessário para a realização de projetos semelhantes. Acrescento agora o seguinte: é impossível também deixar de ser um pouco etnógrafo quando se faz Dialetologia. O Atlas da Bahia é um atlas prévio (não é por modéstia que êle se chama prévio). Não há uma preocupação, uma programação etnográfica. Contudo não se desprezou o que foi possível recolher de material etnográfico, até as próprias coisas, quando transportáveis evidentemente. Algumas ilustrações foram feitas a partir diretamente de exemplos concretos trazidos do campo. O objetivo do Atlas era obter elementos que somados aos extralingüísticos disponíveis permitissem programar a médio ou longo prazo uma série de monografias sobre áreas menores ou sobre fenômenos

específicos que se julgassem prioritários. O objetivo não era apenas a colheita de dados históricos, geográficos, mas a própria observação lingüística, tanto quanto possível rigorosa e sistemática, para programar um procedimento dos trabalhos. Trabalhamos agora num Atlas de Sergipe, com um questionário mais extenso, 890 perguntas, tendo eu assumido a responsabilidade na escolha das localidades, conforme se explica na introdução. Acho que o mal da Dialectologia do Brasil é pretender começar com resultados tão bons quanto os que já se obtêm na Europa. Se êsses resultados hoje são bons é que antes se publicaram resultados defeituosos. A publicação do **Atlas Prévio dos Falares Balanos**, que não custou tão caro e tinha o direito de ser prévio, era uma necessidade para se poder ir adiante. Se você publicar o seu atlas da Chapada Diamantina, então êle terá cumprido a sua missão e realizado seu objetivo.